



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1455/12	DATA: 05/11/2012
INÍCIO: 10h47min	TÉRMINO: 12h25min	DURAÇÃO: 01h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h36min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA - Superintendente Substituto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Estado de Pernambuco.  
PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS - Chefe do Núcleo de Inteligência da 11ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal — SRPRF.  
ELLY DAVSON TEODOSIO DA SILVA - Chefe do Núcleo de Operações Especiais da 11ª SRPRF.  
JULIANA PEREIRA COUTINHO - Presidente da Comissão Regional dos Direitos Humanos.  
LUGILMAR JOVENTINO DA SILVA - Chefe Substituto da Seção de Policiamento e Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal.

SUMÁRIO: Debate sobre exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.  
Reunião realizada na Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Recife, Estado de Pernambuco.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Invocando Deus, eu dou por aberta esta reunião — no dia 5 de novembro, em Recife — da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Nós estamos na Superintendência da Polícia Rodoviária Federal.

A CPI faz esta diligência em Recife para saber os pontos de vulnerabilidade. Serão hoje feitas diligências. Nós vamos conversar com o Inspetor Walker Robson de Assunção Barbosa, que é Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Pernambuco.

Estão presentes a esta reunião o Inspetor Elly Davson, Chefe do Núcleo de Operações Especiais; a Inspetora Juliana Coutinho, Presidente da Comissão Regional dos Direitos Humanos, e também, que faz parte desta CPI, o Deputado Paulo Rubem Santiago. Estão também conosco o Inspetor Velozo, que é do Setor de Inteligência, e o Inspetor Lugilmar, que é Chefe da Fiscalização. Não é isso?

Bem, inspetor, nós estivemos, no mês passado, no dia 28 de setembro, aqui, em Recife, onde visitamos pontos de vulnerabilidade em que estão expostas crianças e adolescentes. E nós estivemos numa rua, que é a Rua dos Palmares, no Bairro do Santo Amaro. Nós não encontramos, na ocasião, nenhuma adolescente, mas aquelas que já estavam ali há muitos anos na prostituição e que agora já têm 18 anos de idade. E o que nós vimos ali foi uma coisa que nos deixou muito indignados, porque é uma área de mangue, e as meninas tomam banho naquele mangue e têm relações sexuais com quem passa na estrada, por 10 reais. O local estava cheio de camisinhas usadas e papéis de camisinha abertos, parecia um lixão. Isso nos preocupou muito.

Na época, a CPI não teve condições, por causa do horário nosso, por causa dos deveres em Brasília, de visitar os outros pontos. Então, por isso, estamos aqui hoje. Nós sabemos que as grandes obras e a Copa do Mundo vão trazer muitos turistas. E a nossa preocupação, como CPI, é alertar os Governos e saber de que forma eles vão combater o turismo sexual infantojuvenil.

Nós sabemos que ele existe, porque nós temos várias denúncias e comprovações. E gostaríamos de ouvi-lo nesta manhã.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - O.k., Deputada.



É um prazer tê-los aqui, ter a CPI e dizer que a Polícia Rodoviária Federal vem desenvolvendo um trabalho de combate à exploração sexual infantil desde os idos de 2001. Vem sendo um trabalho, inicialmente, um tanto empírico, só pela preocupação das nossas patrulhas em ver, às margens da rodovia, esse tipo de prática. E começou se a combater isso, inicialmente, sem uma sistemática, e, depois, passou-se a se fazer um mapeamento até, um nome que terminou pegando, não é? Nós começamos a fazer isso no âmbito das rodovias federais.

Então, vários pontos foram identificados aqui, em Pernambuco; salvo engano, 34 pontos foram identificados. E passou a se a fazer um trabalho sistemático de visita a esses pontos, inicialmente com prisões, com registros de ocorrência. E depois isso começou a diminuir, de forma que a gente, hoje, tem uma situação relativamente tranquila no que tange às rodovias federais.

Nesse espaço de mais de 10 anos, logicamente, novos pontos foram sendo identificados, adotando-se a mesma prática, inicialmente, com uma ação mais coercitiva mesmo, mas, depois, a própria, vamos dizer assim, comunidade usuária começou a ver: *“É melhor que não haja menores aqui, porque, senão, atrai a ação da polícia.”*

Então, isso vem sendo feito sistematicamente. Nós temos uma programação dentro da nossa atividade operacional. Periodicamente, esses pontos são visitados, monitorados, não só pela nossa equipe ostensiva, pela equipe de policiais que está no trecho, numa viatura caracterizada, com uniforme, mas também pelas nossas equipes de inteligência, que vão, dissimuladamente, às vezes, inclusive, vamos dizer assim, travestidas de caminhoneiro, de usuários comuns da rodovia, infiltram-se lá e fazem esse monitoramento.

Então, a gente pode dizer que essa nossa prática tem dado resultado, porque, como eu disse, ela, inicialmente, coíbe, mas, depois, ela inibe, de forma que a presença constante faz com que esses pontos passem a ser, vamos dizer assim, evitados, para essa prática. Logicamente, estou lhe dizendo isso no âmbito das rodovias federais.

A gente pode dizer hoje que a gente tem uma doutrina nesse sentido, tem uma *expertise*. A gente espera estar à disposição aí não só do Congresso Nacional, mas das coirmãs, as demais polícias, para compartilhar isso. A gente espera que,



efetivamente, isso venha a ganhar corpo nas outras esferas, que, como a senhora mesma falou, são situações bastante degradantes. Esse trabalho, particularmente...

Um dia desses participei de um grupo interno de discussões na polícia. Nós, na Polícia Rodoviária Federal, somos, talvez, a polícia que mais se aproxima da filosofia de polícia comunitária, até pela nossa história, como nós surgimos e como nós nos desenvolvemos como organismo de polícia. E aí fica bastante evidente esse trabalho que começou, como eu disse, empiricamente. Fica bastante evidente o caráter da visão humanitária do profissional de polícia, que vê aquela situação degradante e vexatória para a condição humana, vê crianças sendo exploradas.

Então, a gente espera efetivamente que a gente possa avançar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nesses anos todos que o senhor falou, quase 10 anos, quantos por cento eram crianças, nessas prisões que o senhor fez, essas incursões? E essas prisões eram por exploração de crianças e adolescentes ou mais por prática da pedofilia?

Eu gostaria que o senhor traçasse o perfil, mais ou menos, desses abusadores, desses exploradores e me desse, assim, números que o senhor puder nesse tempo e agora. E, a partir daí, para cá, o que diminuiu: a exploração de crianças e mais de adolescentes, ou ainda continua a mesma coisa?

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Eu pediria ao Inspetor Velozo que pudesse fazer uma narrativa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É a parte da inteligência?

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Porque ele acompanha esse trabalho já desde muito tempo e tem bem fresco na memória mais os dados.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Bom dia. O número maior de usuários, vamos dizer, da prostituição infantil são os caminhoneiros. E, nos últimos 5 anos, eu acredito que a gente fez, em média, de 10 a 15 prisões de caminhoneiros em flagrante, o que não é fácil fazer. Geralmente isso é uma parceria do Núcleo de Inteligência, dos trabalhos de inteligência com o trabalho ostensivo.

Então, nós tivemos aqui duas grandes operações que foram o Anjo da Guarda I e o Anjo da Guarda II. Durante essa operação, a gente fez quatro prisões, sendo duas em Palmares e duas em Xexéu, que foi direcionada para aquelas



regiões, que é na Mata Sul do Estado. Agora, recentemente, a gente fez, em setembro, um trabalho em Custódia, que foi oriundo do Disque 100, uma denúncia, e não foi constatado o local e nem a prostituição infantil nesse local.

Aproveitando o trabalho de rebite, drogas afins, que a gente também faz, a gente, em parceria, já faz o de prostituição, porque são os mesmos pontos. O cliente principal são os caminhoneiros. E, aí, realizamos um trabalho recentemente também em Xexéu agora, em setembro, e não foi constatado nem a venda de rebite, nem a prática de exploração sexual de crianças e adolescentes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, diminuiu?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Sensivelmente. Praticamente, a gente não tem no Estado mais pontos de prostituição. Temos apenas três, que são de baixo risco, nas rodovias federais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Só nas rodovias. E os pontos estratégicos que eles usam não têm, assim, nenhum envolvimento com hotéis, com bares, restaurantes, estrada?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Não. Em 2010, a gente recebeu uma denúncia do Disque 100, que era um bar, inclusive próximo a um ponto, que a gente possivelmente irá visitar hoje. E nesse bar a gente encontrou drogas, armas e algumas crianças em situação de risco. Acredito que, em média, 10% do público desse bar era menor. E aí a gente fez um trabalho antes de inteligência e fez esse trabalho, inclusive adentrando um hotel que fica próximo, que também vamos ter oportunidade de conhecer hoje à noite. E não constatamos mais ninguém menor dentro do hotel. Mas aí o número, como eu falei, nesses últimos 5 anos, foi em torno de 10 a 15 prisões em flagrante. E isso se espalha...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Com crianças ou adolescentes?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Com adolescentes, com adolescentes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - A partir de qual idade?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Acima de 13 anos de idade, 13 anos, 14 anos. E aí havia uma de 16 anos. Eu me lembro de que havia uma de 15 anos, duas de 16 anos e uma de 17 anos.



Então, geralmente elas utilizam o álibi de que vão para a escola. É uma observação importante para a CPI que nos meses de férias escolares a gente não as encontra, porque elas não têm como sair de casa, dizendo que vão à escola, para se prostituir.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E nessas casas de conveniência, casas de prostituição, vocês têm feito batidas? Têm sabido que há denúncias de que existem menores envolvidos com a prostituição? Porque nós também recebemos denúncia de que os turistas estão vindo para cá, alugando casas, para fazer as festas com esses adolescentes.

Então, eu gostaria de saber se vocês têm alguma notícia disso, porque o serviço de inteligência também trabalha em conjunto com outras polícias. Não é isso?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Sim. O Disque 100 é direcionado às denúncias. Então, quando a denúncia diz respeito à rodovia, ela chega ao nosso conhecimento. Quando não, ela não chega ao nosso conhecimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês não trabalham integrados com as outras polícias?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Sim, trabalhamos integrados. Mas quando a denúncia...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Só mesmo para rodoviária.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Somente para a rodovia, né? Às vezes a gente tem conhecimento disso, mas não oficialmente. Oficialmente, a gente não tem. E por conhecimento do dia a dia da cidade, a gente tem alguns pontos dentro da cidade que são áreas de risco.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Deixa eu fazer uma última pergunta para o senhor. O desaparecimento de crianças e adolescentes em todo o Brasil é, assim, fato. E crianças desaparecem emblematicamente, e outras que atravessam em boleias de caminhão de um Estado para outro Estado. Como é feita essa fiscalização para que essas crianças não saiam através de caminhoneiros para outro Estado? Porque às vezes o cara está ali e fala: *“Olha, aqui você vai se prostituir melhor. Vamos para São Paulo.”* Aí leva aquela criança ou aquele adolescente para outro Estado. Como é o trabalho de vocês para identificar esses



caminhoneiros que às vezes estão com a suposta família dentro do caminhão, o que não é verdade? Como vocês os interpelam? O quê vocês fazem nesses casos?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Eu acho que seria mais interessante a SPF responder, o próprio núcleo de operações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quem vai falar agora é o Inspetor Elly Davson.

**O SR. ELLY DAVSON TEODOSIO DA SILVA** - Bom dia, Deputada. Não é muito comum, assim, a gente que está no dia a dia da estrada ver criança em caminhão transitando. Normalmente o caminhoneiro está sozinho. É difícil. A gente vê muito em ônibus. E o trabalho que a gente faz é pedir documentação da criança, do adulto que estiver acompanhando. E não me recordo de ter tido nenhuma situação em que não estava documentada a criança com o adulto, entendeu?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Porque no caso do ônibus eles pedem a certidão de nascimento. Nós sabemos também que existe a falsificação. E é muito fácil falsificar a certidão de nascimento, como qualquer documento, principalmente a certidão de nascimento. É a coisa mais fácil do mundo. Então, eu gostaria de saber como vocês agem nesse caso, quando vocês sentem que tem alguma coisa suspeita, e que aquela família está estranha, que a criança está estranha, está coagida. Vocês já encontraram algum caso assim?

Na outra CPI que eu fiz no Rio de Janeiro, nós descobrimos que essas crianças saem em boleia de caminhão. Nós perguntamos ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal. Eles dizem que é muito difícil. Então, às vezes passa despercebido. Então, isso aí seria um caso até para que se possa estudar melhor. Como essas crianças saem de um Estado para outro? Você chega lá em São Paulo, você encontra crianças se prostituindo que são daqui de Recife, de Fortaleza, de Natal. Como é que elas saem?

**O SR. ELLY DAVSON TEODOSIO DA SILVA** - Realmente, como eu disse à senhora, na minha vivência não é comum. As poucas vezes que foi fiscalizado o caminhão que tinha criança, estava documentado. Agora se é falso ou se é verdadeiro, às vezes não é tão fácil de identificar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É difícil para vocês identificarem.



**O SR. ELLY DAVSON TEODOSIO DA SILVA** - Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu pergunto para o senhor: como identificar?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Eu estou fora da pista há muito tempo, mas, quando eu estava na pista, a gente chegou a ter dois recolhimentos de crianças ao Conselho Tutelar. E é na entrevista. Por quê? Porque se eu sou o pai da criança, eu conheço detalhes dessa criança, como a criança conhece detalhes do seu pai e da sua mãe. Então, já aconteceu numa ocasião, em uma ocorrência em que eu estava trabalhando, em que pegamos um carro roubado, um porte ilegal de armas. É engraçado que a ocorrência teve cinco tipificações: tráfico de droga, documento falso e exploração de menores. Um cidadão estava levando uma garota do Rio Grande do Norte para o Rio de Janeiro. E aí foi na entrevista. O que vai fazer? Qual é a sua intenção? E houve a entrevista com a criança também. E aí eu me recordo bem dessa, porque foi uma ocorrência muito interessante. E também denúncia anônima. Sempre que a gente recebe denúncia anônima, a gente checa. O Disque 100 é uma ferramenta muito importante.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E o senhor, Inspetor, acha que há falhas na fiscalização? Faltam mecanismos? De que maneira se poderia melhorar isso, a fiscalização, no sentido de que essas crianças não saiam de um Estado para o outro pelas rodovias? Pergunta para o senhor, que é da fiscalização.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Lugilmar, Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Lugilmar, por gentileza.

**O SR. LUGILMAR JOVENTINO DA SILVA** - Pelo menos falando em relação ao Estado de Pernambuco, hoje a grande dificuldade da polícia, em todos os aspectos de fiscalização, é o efetivo. Nós temos um efetivo muito reduzido. Muitas vezes nossos postos têm apenas dois policiais. Então, dois policiais não fiscalizam. Ele funciona muitas vezes como guarda patrimonial. Então, o departamento está tentando recompor o nosso efetivo, que está bastante defasado, para conseguir fazer frente às nossas demandas, que são inúmeras. Por exemplo, aqui na região metropolitana do Recife, o nosso trabalho policial tem sido voltado basicamente para o trânsito, porque o trânsito é muito intenso, e as equipes não conseguem dar conta



dele. Então, muitas vezes esse trabalho tão importante a gente não consegue realmente fazer. Só com o nosso aumento de efetivo nós conseguiremos fazer o trabalho a contento.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Vou só complementar uma coisa aqui, Deputada. Especificamente em relação à fiscalização, por exemplo, o menor explorado, via de regra, como o Inspetor Velozo disse, é o cliente do caminhoneiro. Isso se falando de rodovia federal. Aliás, o cliente dele, teoricamente, é o caminhoneiro. Então, são menores que ficam em determinados pontos. Eles são pegos ali pelos caminhoneiros. Geralmente, há um ponto de descida. Ele vai subir aqui, fazer o programa e descer mais ali na frente, tantos quilômetros, onde ele já tem uma rota, uma alternativa de retorno.

Com relação ao tráfico de pessoas, ao tráfico de menores, nada obstante... Como o inspetor Lugilmar falou, a grande dificuldade nossa é de efetivo. Para nós, a falta de efetivo é a raiz de todos os males na nossa atuação.

Complementando a pergunta da senhora, primeiro, no âmbito do transporte interestadual, um maior rigor no controle dos passageiros. Hoje o menor, por exemplo, precisa estar acompanhado, com certidão. Um maior rigor nessa exigência seria importante. Que também os órgãos estaduais que fiscalizam o transporte pudessem ter conhecimento dos ônibus interestaduais que têm paradas fora de terminais rodoviários, porque na rodoviária o veículo é fiscalizado, assim como a lista de passageiros. Ali é verificado se os menores estão acompanhados ou não, mas eventualmente as rotas de ônibus recebem passageiros durante o trajeto. E aí fica muito difícil que esse acompanhamento, que essa fiscalização seja feita.

Lógico que, se nós tivéssemos um quantitativo de policiais suficientes para que nós pudéssemos fazer um trabalho mais sistemático em relação a isso, certamente a gente evitaria que isso acontecesse, mas é a forma mais fácil. Por exemplo, nossas apreensões de drogas em ônibus, via de regra, acontecem muito mais em ônibus chamados pinga-pinga do que nos ônibus de ponto a ponto. Por exemplo, sai um ônibus de São Paulo para Recife, direto, e sai um ônibus de São Paulo para Recife que faz o interior do Rio de Janeiro, o interior de Minas Gerais, o interior da Bahia. E esse ônibus tem uma rota completamente aleatória e cheia de



pontos de parada. Então, aí facilita para que o embarque e o desembarque se deem de forma mais tranquila, mais fora do que é o convencional.

Então, se essa prática é bem sucedida ou é feita para as drogas, certamente vai ser também para o tráfico de pessoas. Então, por último, o próprio transporte dessas crianças em veículos particulares. Aí se multiplica a dificuldade, porque como se vai identificar que naquele veículo está indo um menor que está sendo levado para ser explorado? Ficamos no âmbito dos veículos particulares praticamente presos às denúncias. Se não houver denúncia, não conseguimos.

Então, esses transportes interestadual e intermunicipal, que se dão sem ser em linhas regulares, ou pelo menos em linhas diretas, merecem ser objeto de um olhar mais criterioso. Temos aí a multiplicação das vans, dos transportes clandestinos. Então, isso é um universo de opções para o tráfico de pessoas muito grande.

**A SRA. JULIANA PEREIRA COUTINHO** - Bom dia a todos. Eu queria complementar a fala do Inspetor informando que a Diretora-Geral do Departamento determinou que para o ano de 2013 esses pontos mapeados como vulneráveis à exploração sexual de criança e adolescente fossem incluídos nos cartões de programa de todas as equipes da PRF em todo o País. Então, a partir do próximo ano, além desse trabalho dos núcleos de operações especiais com essa recomposição do efetivo que acontece com o novo concurso, espero que os policiais tenham condições realmente de estarem visitando esses pontos em todo o País.

Realmente, como o Inspetor Lugilmar falou, o grande problema nosso atualmente é o efetivo que dê conta de todo esse trabalho, de todas as competências que a Polícia Rodoviária Federal tem.

E também informar que as rodovias federais são de responsabilidade primária da Polícia Rodoviária Federal, mas também trabalhamos dentro da cidade, em parceria, apoiando o Ministério Público do Trabalho. A Procuradora do Trabalho, a Dra. Débora Tito, tem um trabalho muito forte no combate à exploração sexual de criança e adolescente. Ela sempre pede o apoio da PRF. Então, pela constância desse trabalho, inclusive, nas últimas duas vezes em que ela recebeu denúncia, que houve operação, não foi detectada a exploração sexual de criança e adolescente.



Outra coisa também, Deputada, que eu queria falar é que nessas rotas de que talvez a senhora esteja falando, em que foram encontradas crianças no Rio, como o inspetor estava falando, o nosso trabalho é por amostragem, é aleatório, o de parar um caminhão, e por denúncias. Então, talvez se a senhora tivesse a informação da origem dessas crianças que foram identificadas no Rio...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não, não foi criança não.

**A SRA. JULIANA PEREIRA COUTINHO** - Não foi criança?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Elas já estavam ali há muitos anos, até se tornarem adultas.

**A SRA. JULIANA PEREIRA COUTINHO** - Mas, de repente, a informação delas de como vieram, por onde vieram, talvez, fosse interessante repassar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O que elas falaram, eu fiz a entrevista com elas, o que elas informaram foi que elas eram abusadas. Uma era abusada sexualmente pelo pai e fugiu de casa e acabou caindo na prostituição. A outra a mesma coisa. Todas elas contam a mesma história, então, de abuso que acaba acontecendo e, às vezes, por causa também dos maus-tratos dos pais, elas fogem de casa e acabam indo pra rua e, depois, não têm como se sustentar, não têm como trabalhar e acabam caindo na prostituição. Foi isso que elas falaram.

Eu gostaria de saber se vocês da Polícia Rodoviária Federal, junto com você, Juliana, que é dos direitos humanos, se vocês já fazem ou já fizeram campanhas com esses caminhoneiros. Se vocês trabalham junto com o Conselho Tutelar, se vocês nesses pontos em que foram encontradas evidências de exploração sexual infanto-juvenil, se vocês fizeram uma campanha maciça, se estão alertando as pessoas ao redor. Como vocês estão trabalhando nesse sentido?

Depois, eu vou passar a palavra para o nosso Deputado Federal daqui, né, que faz parte desta Comissão, desta CPI, Paulo Rubem Santiago.

**A SRA. JULIANA PEREIRA COUTINHO** - Sim, a gente inclusive no Dia das Crianças, agora no feriado de 12 de outubro, teve uma campanha forte de divulgação do Disque 100 e de orientação aos caminhoneiros. É importante frisar que os caminhoneiros, apesar de serem um público-alvo, até os autores na maioria das vezes desse crime de exploração, por outro lado, eles também são os nossos parceiros, porque esse mapeamento inclusive foi feito basicamente em cima das



informações repassadas pelos caminhoneiros. A Childhood, que é a ONG que organiza, que é a nossa parceira nesse mapeamento, usa exatamente as informações repassadas pelos caminhoneiros. E foi interessante que, com o trabalho que vem sendo feito constantemente com esses caminhoneiros, inclusive, com as empresas, as empresas também são parceiras, elas fazem trabalhos, palestras e orientações aos caminhoneiros, a coisa de diminuir o tempo que eles ficam na estrada, aumentar o convívio deles com a família evita que eles passem muito tempo na estrada e se utilizem da exploração sexual. E aí com esse trabalho, no intervalo de 2 anos, foi feita nova pesquisa com os caminhoneiros e foi constatado que eles realmente diminuíram muito, vamos dizer assim, não sei como o termo seria, a utilização da prostituição, tanto de adulto como de criança e adolescente.

Então, é interessante isso, a gente tem um trabalho constante.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É bom fazer também com as empresas de ônibus.

**A SRA. JULIANA PEREIRA COUTINHO** - Sim, caminhoneiros e motoristas de ônibus também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Bom dia a todos. Bom dia, Deputada Liliam.

Esse relatório que vocês nos passaram às mãos, o Mapeamento 2011/2012, a partir do Disque 100, mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais, chama-nos atenção alguns aspectos. Primeiro, o aumento do número de pontos críticos entre 2003 e 2009, saltando de 844 para 1.820 pontos. O aumento também do número de crianças e adolescentes vítimas que foram retiradas das situações de exploração. Também nos chama atenção a situação peculiar do Nordeste, que é a região que se destaca com 195 pontos críticos, 43 crianças em situação confirmada e 73 pontos com indícios, no entanto, sem a ocorrência do flagrante.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer é se os casos estão aumentando, na avaliação dos senhores, ou se é a fiscalização que vem revelando a existência cada vez de um número maior de casos. Se a fiscalização, quando ela



opera, se ela realmente coloca luz em cima desses pontos, dessas situações, ou se há uma combinação, aparecem mais os casos, porque há fiscalização, mas também os casos estão aumentando.

Outra questão, nas áreas fiscalizadas, vocês têm percebido algum tipo de articulação com os demais poderes públicos? Ou apenas a porta de entrada dessa articulação é a transferência da criança ou do adolescente em situação de exploração para o Conselho Tutelar e aí encerra-se evidentemente a atuação da Polícia Rodoviária Federal, sem que vocês consigam perceber, nesse primeiro passo, a existência de uma estrutura já que, na avaliação, essa situação de exploração acontece nos postos, nos pontos de hospedagem, nos bares, nos aglomerados urbanos próximos das rodovias. Não são apenas esses crimes que acontecem; via de regra, eles também acontecem associados ao tráfico de drogas e a outras formas de criminalidade.

Se vocês conseguem perceber, além dos Conselhos Tutelares, nesse contato com o poder público municipal, a existência, por exemplo, dos conselhos de referência em assistência social, dos conselhos de atenção em álcool e drogas, porque boa parte desses adolescentes são levados, até na prostituição, ao consumo de drogas.

Se vocês também conseguem diagnosticar alguma forma de ação das Polícias do Poder Executivo do Estado — a Polícia Militar, a Polícia Civil —, que também fazem combate às drogas e outros crimes.

Se tem havido, de parte dos Poderes — o Município, com o Conselho Tutelar, o Conselho da Criança e do Adolescente, os conselhos de referência em assistência social, o Estado, através das Secretarias em que há de infância e juventude, como aqui em Pernambuco —, se tem havido algum tipo de articulação conjunta para que essas operações aconteçam de forma integrada.

Por exemplo, vocês já citaram aqui a carência de pessoal, então, se a Polícia Rodoviária Federal, na sua esfera de competência, atua, mas ela atua com essa precariedade, onde é que entram os demais Poderes que também têm a responsabilidade de combater essa situação de violência e exploração sexual?

Outra coisa: além da falta do efetivo, o que mais interfere na avaliação de vocês? Por exemplo, o Município licencia um posto de gasolina numa rodovia



federal; o Município licencia a construção de uma pousada, de um hotel ou de um ponto de hospedagem nessa rodovia, mas não faz nenhum tipo de exigência. Eu observei que, em alguns pontos, não há iluminação, não há vigilância, o que facilita, então, esse tipo de criminalidade. O Município é tolerante, por exemplo, com o consumo de bebida alcóolica nos bares ou nas lojas de conveniência dos postos. O Município é quem concede o alvará para o licenciamento desses estabelecimentos.

Vocês observam algum tipo de restrição, algum tipo de orientação da parte dos Municípios, ou isso não existe ou vocês percebem a falta disso?

Uma outra questão. Como nós temos acompanhado, a maior parte dessas crianças em situação de exploração são de famílias muito pobres. Se vocês têm observado, nesse contato pelo menos imediato com o Conselho Tutelar, com o poder público municipal, algum tipo de política, ou do órgão do Estado, para assegurar a estabilidade socioeconômica a essas famílias. Porque, muitas vezes, as crianças e os adolescentes saem de casa ou até entram nessa vida, muitas vezes, até com um conhecimento dissimulado da própria família. Há casos e casos em que já foram colhidos depoimentos de mães, principalmente, em que há uma tolerância envergonhada com esse tipo de coisa. E uma das razões é exatamente a possibilidade de levar renda para dentro de casa.

Bom, além do efetivo, o que mais interfere? E, na avaliação de vocês, que tipo de ações deveriam acontecer conjuntamente, porque, para alguém chegar e ficar à disposição, ou ser levado a um posto de gasolina, ou ser levado a uma hospedagem, ou ser levado a um bar, saiu de casa, saiu de um bairro onde mora com a família e se deslocou até lá.

Então, que tipo de ações poderiam ser feitas de maneira integrada? Porque vocês fazem a repressão, vocês desarticulam o ponto, desarticulam a prática, mas, se a origem que gera essa situação de risco não for também desarticulada, vocês vão estar enxugando gelo. É uma sobrecarga injusta sobre os efetivos da Polícia Rodoviária Federal, quando, primariamente, por exemplo, a competência de garantir escolaridade obrigatória para a criança e o adolescente é do poder público municipal ou estadual.

Então, como vocês veem a necessidade de uma ação articulada entre os Poderes?



**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Deputado, eu vou pedir para o senhor deixar isso aqui mais ou menos à vista, porque eu fui acompanhando o seu raciocínio dentro de seus escritos e, aí, eu vou (*riso*) pegar carona neles.

Primeiro, em relação ao aumento dos pontos críticos, na verdade, até pela própria denominação — aumento dos pontos críticos —, a gente já percebe isso. Inicialmente, parece uma coisa ruim, mas, na verdade, é uma coisa boa, porque não estamos falando aqui de pontos de exploração, nós estamos falando de pontos que são pontos potencialmente de exploração.

Então, o aumento desses pontos identificados, na verdade, foi a sistematização e a intensificação do trabalho que permitiu que nós tivéssemos mais pontos monitorados. Então, não tem mais pontos de exploração, tem mais pontos identificados como potencialmente...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Revelados.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Exatamente. E, a partir da sua revelação, pelo menos no âmbito das rodovias federais, monitorados. É tanto que também se reflete em outro número, o de crianças e adolescentes que foram retirados.

Então, nós tivemos, aí, aumentando de 121, em 2005, para 543, em 2011. Nada mais é do que a atuação, a partir da identificação do ponto crítico, um trabalho mais sistemático e poder se tirar de circulação, vamos dizer assim, tirar do risco essas crianças.

E aí nós vamos, mais na frente, complementar essa questão de tirar do risco ou não, efetivamente, dentro do que o senhor colocou lá, vamos dizer assim, na sequência da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A questão do Nordeste aqui, eu acho que isso é um contexto socioeconômico mesmo, das maiores dificuldades da Região. E, a partir daí, você ter mais, vamos dizer assim, essa atividade como até busca de sobrevivência, quer seja pelo próprio menor, quer seja, até em alguns casos, como o senhor bem disse, com o consentimento envergonhado da família.

Eu acho que, com o recente incremento na atividade econômica da Região Nordeste, que se experimentou nos últimos anos, a gente tem pelo menos uma



amenização da causa fundamental. Esperamos que isso efetivamente seja fato, porque nós começamos a ver aí a Região Nordeste fazer alguns avanços em termos de desenvolvimento econômico. Logicamente, isso se traduz em oportunidades para que essas famílias possam não estar indo por esse caminho.

Os casos estão aumentando... Já respondi, não é?

*(Intervenção ininteligível.)*

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Certo. Então, durante algum tempo... E aqui eu vou falar um pouco não só da minha experiência aqui em Pernambuco. Eu só estou aqui há 1 ano, embora seja Pernambucano, eu estou aqui trabalhando há 1 ano só, mas, antes disso, eu passei pela Paraíba e também no Norte, no Estado de Roraima, onde temos várias questões idênticas e podemos dizer que o raciocínio vale.

Em determinado momento, se falou muito nas redes de proteção, que seriam uma grande articulação. Isso, num segundo momento, se esfriou e ficou... Eu lhe digo, respondendo à sua pergunta, que eu acho, sim, que tem dificuldades na articulação desses outros atores do processo. Para nós, identificar o problema; prender o explorador; conduzir o menor; entregar ao Conselho Tutelar; muitas vezes, apoiando o Conselho Tutelar, levá-lo até a família, isso nós fazemos.

Efetivamente, não dá para a gente aqui falar do que vem depois disso, porque nos parece que falta um pouco de compartilhamento até dessa informação, do acompanhamento e do compartilhamento dessa informação, que seria o objetivo das redes de proteção, que, ao que me parece, perderam um pouco a prática cooperativa. E ficou, assim, cada ente: *"Ah, eu faço a minha parte. Eu faço a minha"*. Mas não se tem, inclusive, o compartilhamento da informação. Olhe, que bom se a gente tivesse aqui, se o Inspetor Velozo fosse dizer: *"Não, a menor Fulana de Tal foi recolhida em situação de risco, foi entregue para o Conselho Tutelar tal data, e depois tivéssemos a informação de que o Conselho Tutelar fez isso ou aquilo, que a recebeu de tal forma, foi incluída em tal programa, recebeu tal ajuda, etc."*, mas não temos isso.

Então, há que se fomentar essa cooperação através de mecanismos mais, talvez, de obrigatoriedade até, para que efetivamente a gente possa ter esse dado. A gente diz com muita tranquilidade, de nossa parte, que é a da ponta, pois somos o



bombeiro que vai apagar o incêndio. Nós temos feito, mas, como somos muito claros aqui, dentro da nossa dificuldade efetiva. Mas efetivamente da sequência disso nós não temos muito como falar.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Vocês teriam condições de nos expressar qual tem sido a reação dos Conselhos Tutelares quando, de repente, aparece na frente da sede do Conselho uma viatura da Polícia Rodoviária Federal com uma, duas ou três crianças e adolescentes? É uma reação de indignação, de rotina, enfim, como se aquilo não gerasse mais nenhum tipo de indignação no Conselho Tutelar? É mais um caso, um caso a mais? Qual tem sido a reação em algumas situações? Vocês têm condições de revelar isto, a reação dos Conselhos? Se eles se demonstram indignados, demonstram-se resignados, tolerantes? Ou dizem: "*Nós fizemos a nossa parte, mas de novo...*"?

A nossa maior preocupação é que, muitas vezes, essa desarticulação leva a que os órgãos atuem como se fosse pela lei da inércia. "*Não, é mais um caso. A gente sabe que ali naquela rodovia, naquele posto ali tem um caso. Já falamos com o Prefeito, já falamos com isso.*" Quer dizer, como os Conselhos Tutelares se posicionam em relação ao fato de a Polícia Rodoviária, vez ou outra, chegar ao Conselho e entregar um adolescente? "*Olha, esse jovem, essa criança foi encontrada num posto de gasolina, numa pousada, numa hospedaria, numa situação tal, e nós pegamos, intervimos e a trouxemos para cá.*" Qual é a reação dos Conselhos?

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Deputado, posso falar de algumas experiências que eu acompanhei e as reações são bastante diversas. A gente percebe aquele Conselheiro que efetivamente é compromissado com a causa, que efetivamente tem a visão da proteção, e aquele outro que, como o senhor bem colocou, trata como se fosse uma rotina.

Eu ouvi um comentário uma vez: "*Ah, essa menina já é a terceira ou quarta vez que a gente a leva para casa desse jeito. Não tem jeito, não*". Quer dizer, uma fala que não cabe para uma pessoa que está incumbida, nomeada pela sociedade para cuidar efetivamente disso. Então, falta preparo.

Eu também posso revelar que eu acompanhei, em determinado momento, a função de Conselheiro Tutelar sendo vista como emprego, que é disputado na



eleição. Eu quero ser Conselheiro Tutelar não por que eu quero ajudar as crianças, mas por que ali há um salário, uma renda de tanto que me interessa ou, então, até por que eu quero me aproximar das crianças e, como Conselheiro, eu vou ter acesso a isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Só uma outra questão. Na primeira sessão que fizemos da CPI na Assembleia, vimos que praticamente três fatores terminam criando um caldo de cultura para essa situação de exploração.

Primeiro, são os grandes eventos. Os eventos do ciclo, do Carnaval, São João, os grandes aglomerados em que muitas vezes aquela região que recebe aquele evento tem a sua população multiplicada em 30%, 40% ou até mais do que isso.

Em segundo lugar, são os novos polos econômicos que estão chegando ou se multiplicando em algumas regiões. O senhor citou e há um senso comum de que esses novos investimentos vão trazer uma maior possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, mas estamos analisando isso num outro foro, que é a discussão do trabalho e dos novos polos. Há uma contradição muito grande, porque boa parte desses polos oferece oportunidade de emprego que é majoritariamente ocupada por homens. E dada à disparidade de qualificação, geralmente essa população trabalhadora vem de outras regiões do País. Ela não é integralmente oriunda daqui das redes de educação do Estado de Pernambuco, aqui de Alagoas ou até mesmo da Paraíba, eles vêm da Bahia, vem do Norte, vem do Sul, do Sudeste e ficam longe das famílias, como ficam os caminhoneiros.

Então, nós temos denúncias colhidas aqui, que no litoral sul, próximo ao Município do Cabo, em Gaibu, já no Distrito de Nossa Senhora do Ó, em Porto de Galinhas, já começa a mudar o perfil da população que ocupa os antigos hotéis mais baratos, antigas pousadas etc., criando como se fosse um novo mecanismo de pressão e de propagação dessa exploração.

E o terceiro fator são as microrregiões com atrativos turísticos, como é caso de Porto de Galinha, de Gaibu, no litoral norte, Itamaracá, agora Goiana, que vai receber um grande investimento, uma montadora e uma fábrica de hemoderivados.

Na sua avaliação, na avaliação dos policiais rodoviários, nesses polos, onde aumenta a circulação, aumenta a circulação de dinheiro, aumenta a circulação de



peessoas, mesmo pessoas que não são tradicionalmente profissionais do transporte rodoviário, vocês avaliam que isso sobrecarrega, isso impõe um novo encargo à Polícia Rodoviária nessas regiões ou vocês não têm sentido ainda nenhuma diferença em relação à realização desses grandes eventos, a esses novos polos, a essas microrregiões que estão recebendo investimentos turísticos? Isso até agora não deu sinal de que tende a se agravar a situação de exploração ou não?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Deixe eu complementar o que o Deputado perguntou, porque aí o senhor já responde de uma vez. Nós estivemos com o Vice-Governador João Lira Neto e ele falou no caso daqueles polos gesseiros, que ali existe muita prostituição e que há uma dificuldade muito grande no combate. Então, eu também gostaria de incluir a minha pergunta junto com a do Deputado.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - O.k. Do ponto de vista da Política Rodoviária Federal e da Rodovia Federal, muitas vezes, a gente não tem como mensurar isso, em relação à exploração sexual infantil, né. O que nós vemos, claramente, é um aumento da circulação de veículos, da circulação do transporte de carga, particularmente decorrente dessas atividades econômicas.

Mas essas obras e, vamos dizer assim, os canteiros dessas obras que onde potencialmente estariam esse... potencialmente locais onde se teria a exploração, eles não estão à margem da rodovia e aí passam ao largo do nosso olhar. Poderia até aqui fazer aqui alguma ilação do ponto de vista da condição de cidadão: Ah, eu acho, então. Mas não seria o caso. Institucionalmente, a gente não pode fazer essa relação, porque efetivamente os pontos que se instalam, os pontos de exploração que se instalam à margem da rodovia, via de regra, têm como objetivo o caminhoneiro, o profissional de transporte, não é. E certamente nesses polos, e aí o Deputado já citou alguma situação em Gaibu e outras, tendem a se aproximar desses conglomerados de operários, muitas vezes, que se colocam em alojamentos, e aí você vai certamente ter alguma estrutura de exploração colocada mais próxima ali, né. O operário não tem como se deslocar até a margem da rodovia para chegar a um desses bares. É tanto como a gente já viu, os pontos, via de regra, estão relacionados ou a um bar ou quase sempre a um posto de gasolina, porque é aonde o caminhoneiro vai, para para descansar, para fazer uma refeição e ali ele já está à



disposição. Certamente, nesse outro tipo de demanda, decorrente das grandes obras e dos grandes eventos, certamente deve ter uma estrutura específica de proximidade para buscar isso.

Então, institucionalmente nós não temos aqui como afirmar que isso tem impacto do ponto de vista da exploração sexual infantil nas rodovias. Isso é um fato. Não sei se respondi aos senhores. Continuo aqui a...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Liliam Sá) - Pode continuar, o polo gesseiro só.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Sim, sim. O polo gesseiro lá é no extremo ocidental do Estado de Pernambuco, no entorno da cidade de Araripina, e nós não temos relatos também de problemas à margem da rodovia. É um pouco dentro dessa linha. O Inspetor Velozo talvez possa complementar.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - A questão do polo gesseiro, existia muita prostituição à beira da rodovia lá. E foi feito um trabalho, feito o Deputado falou, partilhado junto com o Governo do Estado, com o Conselho Tutelar, a Prefeitura e a Assistência Social da própria Prefeitura. Hoje praticamente não existe, na rodovia federal não existe. Dentro da cidade, pode existir, eu não tenho conhecimento, pode existir, porque o fluxo de motorista é muito grande e, por ser uma carga barata, vem motorista de todo tipo e qualidade.

*(Intervenção ininteligível.)*

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Exatamente. Então, tem um fluxo muito grande, tem as questões de festas também. O pessoal de operações foi fazer trabalhos lá e aí tem uso de motocicleta para o menor. Enfim, o trabalho da Polícia na rodovia é feito. Quantas motocicletas foi pega na outra... Paulo, você lembra? Eu me lembro que levaram dois caminhões para recolher motocicleta em Araripina.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Em Araripina e Trindade.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - E em Ouricuri também.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Trindade e Ouricuri. Se eu não me engano, foram 58.



**O SR. PAULO FRASSIMETTI VELOZO CALDAS** - Pronto. Então, o uso de motocicleta, inclusive, dentro da cidade. E quando ele vem para a rodovia aí se espalha a notícia: a Polícia Rodoviária está atuando. Então, é muito menor com motocicleta. Eu me lembro que os meninos comentaram de uma menor que estava com motocicleta, 12 anos. Existe isso. O nosso trabalho realmente é feito com as devidas condições, porque esbarra no problema efetivo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quanto tempo leva até lá?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - São 8 horas de viagem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nós temos que ir lá...

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Então, seria o caso de vocês irem a Petrolina de avião e aí deslocar para lá.

**A SRA. JULIANA PEREIRA COUTINHO** - Voltando ao ponto dos novos polos econômicos, dos grandes eventos, é bom ressaltar que o Governo Estadual está bastante preocupado com isso também e que, sexta-feira, a gente vai ter uma reunião com a PM daqui de Pernambuco para repassar essa metodologia que foi feita no nosso mapeamento. Então, está vindo a Comissão Nacional de Direitos Humanos da PRF e a Childhood, que vão se reunir com eles para repassar esse mapeamento. Então, todo esse trabalho que está sendo feito nas rodovias federais vaio ser feito também nas rodovias estaduais. Provavelmente disso daí vai sair um projeto-piloto para que se repasse aos outros Estados do País.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Aí, pegando a sequência aqui em relação à participação do Município e do Estado nisso, eu digo aos senhores o seguinte: o Estado efetivamente, o Estado de Pernambuco, a gente há aqui que fazer justiça, que a política de segurança pública que vem sendo adotada aqui, ela tem sido um avanço muito grande. E uma das coisas que nós notamos é que ela tem uma preocupação sistêmica de não só combater o efeito imediato, mas assim trabalhar soluções para isso.

Então, ultimamente, a gente tem visto, por exemplo, por parte da Polícia Militar do Estado, um despertar de uma preocupação com essas questões, tem visto também uma sensibilização da Polícia Judiciária do Estado através de diretriz mesmo de gestão, de estar mais sensível a essas questões, né. E temos, podemos dizer que temos tido avanços nessa área na participação do Estado. Em relação aos



Municípios, a gente não pode dizer a mesma coisa. Nos Municípios é onde acontecem as coisas, é onde o cidadão vive e convive. Mas, há, vamos dizer assim, uma tendência muito grande — e quanto menor o Município, maior é isso — a achar que tudo pode ser feito. Então, em relação às leis de trânsito, por exemplo, nós temos uma complacência enorme nos Municípios. Em todos os pontos em que a rodovia corta Municípios, nós temos sérios problemas: altos índices de acidentes e altos índices de infrações.

O Deputado falou, por exemplo, que é o Município que dá licenciamento para o posto de gasolina funcionar à margem da rodovia e até vender bebida alcoólica. Então, é isso. Muitas vezes, a gente houve o seguinte argumento: “*A gente precisa gerar emprego aqui, e isso gera emprego.*” A desculpa do fator econômico muitas vezes quer justificar que se possa fazer qualquer coisa. Não é diferente em relação à questão da exploração sexual infantil. Invariavelmente, o Município não trata dessa questão. Os Conselhos Tutelares...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O Município não trata da questão da exploração sexual?

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - É, via de regra.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor está afirmando que o Município não se interessa em tratar dessa questão da exploração sexual? Quer dizer...

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Sim. Dentro desse contexto que estou falando...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Há falhas? É isso que senhor quer dizer? Há falhas?

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - É. Não é prioridade. A preocupação do Prefeito não é que você tenha ali um trânsito seguro, que você não tenha a exploração das crianças, que você não tenha, vamos dizer assim, atividades que são proibidas. Mas, sim, ele precisa que o Município arrecade, gere emprego ou, pior ainda, o eleja.

Logicamente, estou falando de uma forma bastante generalizada. No início da minha fala, eu disse que isso é tão pior quanto menor é o Município. Logicamente a gente não pode falar isso de um Município como uma capital, que tem toda uma



lógica e uma estruturação diferenciada. Mas, nos Municípios menores e mais periféricos, você tem essa falta de preocupação com as questões mais complexas.

Ora, se a gente houve um conselheiro tutelar dizer: *“Essa menina a gente já levou três ou quatro vezes. Não tem mais jeito.”*. É uma pessoa que teoricamente está focada naquilo. Então, o que esperar de algumas administrações em Municípios menores? E não é culpa do Prefeito A ou do Prefeito B, é da própria estruturação que existe onde a lógica do administrador está voltada para a eleição. Ele precisa se eleger ou eleger o sucessor. *“Não feche a casa de fulano ali, não, porque são tantos votos. A família é grande.”*

Particularmente, nós voltamos para a questão do Nordeste, que não é só uma questão cultural, é uma questão de sobrevivência econômica. Durante muito tempo, teve dificuldades. E aí a gente vê isso. Então, a participação e o engajamento do Município são dificultosos.

Quando falamos dos pontos de exploração nas rodovias, que é nosso assunto aqui, do qual nós podemos falar, invariavelmente, esses pontos estão...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Pernambuco tem quantos quilômetros de rodovias federais?

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Temos 2.600.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - E de rodovias estaduais?

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Em torno de 7 mil quilômetros.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quase 3 vezes e meia.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - É. Então, em relação à rodovia federal, esse ponto de exploração, um que nós falamos bastante dele, de Xexéu, que é na divisa, é no posto fiscal da divisa de Alagoas com Pernambuco, naquela região ali, ora, isso ali está afeito à Prefeitura Municipal de Xexéu, que, efetivamente, será que tem essa preocupação? Será que tem uma política dentro daquela Prefeitura? Estou falando aqui até pedindo escusas pela ausência do Prefeito dessa cidade. Mas, assim, tomem como exemplo genérico.

Então, no nosso caso, nas rodovias federais, que efetivamente se estendem ao longo de todo Estado brasileiro, você vai ter o problema da exploração sexual



infantil localizado num Município pequeno que está sujeito a essa política ou a essa falta da política municipal.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu só queria destacar uma situação, fazer um comparativo com a atuação do fisco estadual, quando encontra as rotas paralelas de transporte de carga sem nota.

Há cerca de 4 anos, o Sindicato Estadual dos Auditores da Fazenda — SINDIFISCO fez um mapeamento, fez um documentário, mostrando, em cada região do Estado, as rotas de fuga para desvio de mercadorias sem nota. Então, fazendo esse comparativo, eu queria alertar aqui para essa situação que nós temos que enfrentar. Por maior que seja o empenho, por maior que seja a intervenção da Polícia Rodoviária Federal, nos 2.200 quilômetros de rodovias federais, em Pernambuco, se isso não for acompanhado por uma ação do Estado, nos 7 mil quilômetros de rodovias estaduais, vocês podem estar tapando os buracos de um lado e do outro colocando uma peneira para que a exploração possa prosperar. Porque, na hora em que caminhoneiros tomam conhecimento de que ali, naquela cidade, naquela BR, naquele posto que era o paraíso da exploração agora a prostituição foi coibida, foi desarticulada e a Polícia Rodoviária foi lá e fez com que aquilo fosse extinto, eles passam a saber que tantos quilômetros depois daquela rodovia federal, à esquerda, você tem uma rodovia estadual. Vou dar um exemplo claro. Você chega de Pesqueira e vai até Arco Verde, é uma rodovia federal, mas se você chegar a Pesqueira e entrar por Alagoinha, Venturosa e Pedra, você chega em Arco Verde do mesmo jeito pelo que passa a ser uma rodovia estadual. Então, haverá a migração do negócio da exploração de um posto situado numa rodovia federal para um posto situado numa rodovia estadual.

Daí a nossa ênfase para que haja uma articulação, um mapeamento não só das rodovias federais, onde estão os grandes postos de abastecimento, onde circulam os caminhoneiros, mas também o Estado tem que atuar de mãos dadas. Porque vocês bloqueiam 400 quilômetros de uma rodovia federal, coíbem esse tipo de prática, mas essa rodovia é cortada por várias rodovias estaduais, a probabilidade é de que, feita a repressão, coibida a prática, essa prática possa migrar para uma rodovia estadual, ou na entrada de uma cidade, como aquela região de Petrolândia, Floresta e Ibimirim, etc., etc., etc.



Então, essa é a nossa preocupação também com a responsabilidade do Estado, para que o Estado não termine por ineficiência, por falta de investimento, por falta de comprometimento, comprometendo o esforço da Polícia Rodoviária Federal.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Deputado, o senhor foi muito bem na sua fala, porque ontem, quando eu cheguei, eu vim do aeroporto junto com dois policiais federais, e nós não estávamos fazendo nenhum tipo de diligência, a viatura estava me deslocando para o hotel, e nós, naquela rua ali, a Conselheiro Aguiar, a cada 10 quilômetros, tem um ponto de prostituição...

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - A cada 10 metros.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Dez metros. Acho que era a cada 10 quilômetros. Nós fizemos ali uns três pontos. Porque ontem à noite, já estava tarde, meia-noite, então estávamos devagar, mas nós pudemos constatar. Nós não paramos para perguntar, pedir documento para saber se eram adolescentes. Tudo indicava que tinha ali as novinhas, tinha as mais velhas, mas deu para perceber que tinham meninas mais novas. Até o policial falou: *“Olha aquela ali, aquela ali parece que é adolescente”*. Então, nós sabemos que existe. Agora, vocês fazem parte das rodovias federais. O trabalho interno acho que tem que ter uma maior fiscalização e nós devemos ver se ainda hoje nós conseguimos falar com a Polícia Militar para saber como eles estão combatendo esses pontos de prostituição que ficam internos.

Também queremos falar com o Prefeito, porque nós queremos conversar para saber o que eles estão fazendo em relação ao combate à exploração sexual infantojuvenil, nos eventos das grandes obras que vão acontecer, a Copa do Mundo, e nós queremos saber como eles têm combatido isso, que tipo de políticas públicas eles estão fazendo.

Nós pedimos um relatório ao Secretário Estadual da Infância e da Juventude. Ele já mandou para a CPI o que é feito com o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. E nós queremos também saber do Prefeito o que é feito com o Fundo Municipal, que tipo de políticas públicas eles estão apresentando para esse momento tão especial, como falou o nobre Deputado, em relação a esses eventos, a



essas empresas que estão vindo. E até também na questão do alvará, porque quem dá o alvará para esses estabelecimentos é a Prefeitura.

Eu não tenho mais nada a perguntar.

Aqui nós falamos da questão da Inteligência da Polícia Federal e o Inspetor Velozo falou na questão da falta de pessoas, de contingente que não tem para a questão também da fiscalização, e foi citado que não só há problemas com os maus caminhoneiros, que a gente não está penalizando ninguém, porque tem os bons caminhoneiros também, chefes de família, pai de família, que repudiam essa prática, mas também na questão dos ônibus interestaduais, que não se pode fazer uma fiscalização efetiva porque eles às vezes param em pontos que não são os pontos fixados. Como se fala? Os pontos...

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Da rota.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Da rota. Então, eles fazem um pinga-pinga, foi falado isso. Então, isso aí de repente apresenta assim: *“Está com certidão de nascimento aí?”* Ele mostra: *“Está aqui, sou o pai”*. Então, levam as crianças, e fica fácil para o tráfico de pessoas.

Em outras questões vocês não podem falar nessa denúncia que nós temos do polo gesseiro. Vocês aqui se comprometeram, dizendo para gente que ali já acabou o ponto de prostituição, nas rodovias ali pelo entorno. Mas nós precisamos saber o que acontece lá dentro.

Então, eu só quero agradecer as explicações de vocês e fazer mais uma pergunta: quantos pontos que o senhor falou de vulnerabilidade que ainda existem aqui? Eram 34 no último?

**A SRA. JULIANA PEREIRA COUTINHO** - Foram vinte.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vinte, não é? Então, estes 20 pontos ficam onde? Em outros Municípios ou em torno aqui da capital? É isso o que gostaria de saber, antes de terminar.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Os 20 pontos foram levantados em 2011. Em 2012 praticamente a gente não fez esse trabalho, porque para esse trabalho ia ser disponibilizada uma verba da SDH, mas ela não foi disponibilizada. Então, a gente só fez na Grande Recife. Na Grande Recife nós



temos três pontos de risco onde pode existir criança e adolescente. Adolescente, na verdade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quais são esses pontos?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - O Posto Sertã, que junto tem um hotel; logo depois, o nome do bar lá é o Encontro dos Amigos, que já foi alvo de um trabalho nosso, inclusive com a Dra. Débora Tito, do Ministério Público do Trabalho; e o Posto Padre Cícero, que também fica aqui na Grande Recife.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E os outros ficam onde?

**O SR. LUGILMAR JOVENTINO DA SILVA** - Só complementando a informação do Inspetor Velozo, dias 5 e 11 de outubro, por determinação da Coordenação Geral de Operações, foram feitas visitas a esses pontos: Posto Sertã...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quando?

**O SR. LUGILMAR JOVENTINO DA SILVA** - Dias 5 e 11 de outubro, por ocasião da Semana da Criança. Posto Sertã, Bar Encontro dos Amigos, um posto em Goiana, no quilômetro 7 da BR-101, Posto Padre Cícero e Bar e Restaurante A Moenda. E em nenhum desses pontos foi constatada a prática de exploração sexual. Acho que nem crianças em situação de risco foram encontradas também. O Núcleo de Operações Especiais fez esse trabalho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas eles não sabiam? Não furou? Isso foi feito em sigilo? Porque também, se foi, eles saem do ponto, e vocês não vão encontrar nada mesmo.

**O SR. LUGILMAR JOVENTINO DA SILVA** - Eu acredito que não tenha furado. Agora, foi feito com policiais ostensivos, mas...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Teria que ter feito constante. Aí teria que entrar o serviço de inteligência para ver se nesses pontos existe a prostituição, botar os olheiros lá para olhar, para ver, para tirar foto. Porque se fala que vai ter uma operação... Você acha que hoje, sabendo que a CPI está aqui em Recife, a gente vai encontrar alguém nos pontos? Não vamos encontrar ninguém.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Era bom lembrar, Deputada Liliam, o depoimento do delegado Dr. Zanelli Alencar, da GPCA. O que mais o delegado cobrou, inclusive referente à própria estrutura da SDS, foi estrutura de inteligência para a produção antecipada de provas. Ele colocou a fragilidade de



you operate, while Civil Police, based on the need to collect witnesses, testimony of witnesses. As people do not talk, as people are afraid of being exposed, they are afraid of suffering an attack, etc. And he even compared that other delegations, other areas of SDS had a core of intelligence and the GPSA does not have a core of intelligence. So, for him it is very difficult to work in this way. Or, that is, without the core of intelligence, you do not produce the proof in advance. We are not here putting in doubt the action, the raid that was made, the *blitz* that was made, etc. and that, but it is enough that it happens one or two days that that already becomes an object of our concern and of yours as well. But it can happen in a way that does not characterize that bar, that restaurant as a classic point, a traditional point, but it can happen. It can be established there, there it can be without an agent of that prostitution, it can be without having behind the counter three, four, five quarters, or on the first floor of the inn, room one, room five. These codifications that they create can not exist formally. But it can happen in a dissimulated way. So, this will only be intercepted with the production of proof in advance with the stature of intelligence.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É verdade.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Só complementando, eu observei aqui na página 30 do próprio relatório que nós tivemos uma baixa de 77% do trabalho de 2009 até 2011. Toda ação de prostituição infantil nossa é feita com o trabalho de inteligência, e isso gerou prisões, como eu falei, a Operação Anjo da Guarda 1 e Anjo da Guarda 2.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Em que ano foi?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Foi em 2009 a operação. E isso gerou um desconforto muito grande para os próprios pontos de prostituição, e as próprias prostitutas não querem menor no ponto. Então o que acontece? Elas mesmas já expulsam as menores. A gente teve alguns pontos, como foi o caso de Xexéu, de meninos se prostituindo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Onde havia meninos?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Meninos se prostituindo lá em Xexéu.



Mas, com uma ação conjunta com o Governo do Estado e, principalmente, a Secretaria da Fazenda, a gente fez uma parceria lá. O Governo do Estado desapropriou todas as barracas, inclusive as que tinham quartinhos para os encontros, e tudo depois daquela destruição ali dos prédios, das edificações, praticamente acabou. Praticamente, não, acabou. A prostituição existe, mas de menor não existe mais em Xexéu. Como eu falei, há dois meses a gente fez um trabalho lá de inteligência. Então não foi nem necessário o ostensivo ir.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Só para esclarecer para a Deputada Liliam: um dos pontos que foram citados aqui, esse posto Padre Cícero, é numa área urbana extremamente degradada. Eu não vou dizer que parece com a região do Iraque depois da guerra, porque seria exagerar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É aqui no centro?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Não. É aqui na saída sul, na BR-101 sul, ali entre a divisa de Recife, já em Jaboatão dos Guararapes, no grande distrito de Prazeres. Talvez essa iniciativa que foi citada aqui pelo inspetor em relação ao posto da Fazenda de Xexéu pudesse servir de modelo: criar um perímetro no entorno dessas áreas, dos postos da fazenda, que atraem os postos de combustíveis, e fazer dessa área uma área livre, desapropriar, não permitir a edificação, porque aí você dificulta. Se você cria um perímetro de até 5 quilômetros de raio que proíbe qualquer tipo de edificação, então, você evita que ali aos poucos chegue uma barraca, chegue outra. Daqui a pouco você tem um aglomerado urbano que você não consegue ver qual é o seu verdadeiro conteúdo: quartos, locais inadequados etc., etc.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Eu só queria complementar aqui que, destes 20 pontos, sobram 17. Esses 17 estão pulverizados dentro do Estado e, sempre que possível, como eu falei anteriormente, no início da reunião, que a gente prepara alguma operação em relação ao uso de substâncias tipo rebite, que é utilizado bastante pelos caminhoneiros, a gente já faz atrelado isso...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O que é rebite?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - O rebite é um estimulante.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Estimulante, mas é aquele levanta-leão?

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Não, não, não. É o Desobesi.

**O SR. WALTER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - São medicamentos para emagrecer que são tomados...

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - São utilizados...

**O SR. WALTER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - É uma substância específica.

**O SR. ELLY DAVSON TEODOSIO DA SILVA** - Femproporex.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Femproporex. Que é justamente para ele não dormir. E aí, às vezes, até o uso do *crack* também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - São remédios que são proibidos, que se tem que comprar com receita, não é? E aí eles conseguem no mercado paralelo a venda sem receita.

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Então, quando a gente faz esse tipo de trabalho, a gente já faz atrelado à prostituição infantil e, quando identifica, o ostensivo chega de imediato para poder reprimir. Com isso, a gente tem esses 17 pontos espalhados nos Estados, dentro do Estado de Pernambuco, que a gente já vem trabalhando, trabalhando, e, por exemplo, Varzinha, que é um distrito de Serra Talhada — não sei se o senhor conhece —, em Varzinha, a gente fez um trabalho de rebite e não tinha prostituição infantil. A gente foi atrás de prostituição infantil, terminou achando foi o rebite, dentro de uma operação dessa já desenvolvida pela própria coordenação de operações pelo departamento, já por Brasília. Então, esses pontos, a gente citar Garanhuns, pode citar o próprio Salgueiro, Petrolina, Petrolândia. Sempre a gente faz esse trabalho e são pontos de risco. Agora, se for andar o Estado todo, doutora, a gente vai passar mais de uma semana aí.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Imagino.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Deputada, me parece que a senhora já está querendo encerrar. Eu queria só, oportunamente aqui, pontuar algumas coisas. Primeiro, como eu disse antes, nós temos grandes



dificuldades de efetivo, mas nós temos uma preocupação com esse tema e nós temos um trabalho desenvolvido dentro desse tema e, logicamente, dentro das nossas limitações, não é? Logicamente, se tivéssemos mais disponibilidade de efetivo, poderíamos trabalhar proporcionalmente mais também isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Tem gente concursada esperando ser nomeada.

**O SR. LUGILMAR JOVENTINO DA SILVA** - A falta de efetivos tem prejudicado o trabalho do dia a dia.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Exatamente. Então, nós temos uma série de atribuições; muitas pessoas ainda pensam a Polícia Rodoviária como uma polícia de trânsito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E não é.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - E não é. A partir da Constituição e do próprio Código, do próprio Decreto 655, que regulamentou nossa atividade, a gente tem agregado uma série de atividades, e isso nós temos procurado fazer como missão mesmo, mas com dificuldade. Eu costumo dizer aqui que a gente não tem nenhum lençol curto, a gente tem um lenço, e a gente se cobre com ele. Então, só para os senhores terem uma ideia, em 94, nós tivemos o quadro da polícia completo — com 10.300 policiais. Recentemente, há uns 3 anos, nós conseguimos elevar esse quadro para 13.300 — aumentou em 3 mil vagas —, mas naquele ano, em 94 — o inspetor Velozo é dessa turma, — nós conseguimos completar o quadro da Polícia: 10.300 policiais. Hoje, neste tempo, passados aí quase 20 anos, 18 anos, nós temos hoje, com os que foram admitidos recentemente, nós devemos ter aí 9.400 policiais, com os 750 que foram admitidos hoje. Não chegamos a 9.500. Hoje, só para vocês terem uma ideia da nossa atividade mais conhecida, que é da questão do controle de trânsito, para cada veículo que tinha rodando em 94 nós temos 13 veículos hoje. Nós temos 1.300%... Hoje não, viu! Dados do final do ano passado. Temos aí 1.300% de aumento na demanda do trânsito de veículos para um efetivo teoricamente 10% menor. Então, além disso, nós agregamos aí uma série de atividades que temos procurado fazer. E temos feito, modéstia parte, bem feito se a gente for ver as condições de material humano que nós temos para isso.



Eu queria dizer também que a rodovia, o conjunto de rodovias é como se fosse o sistema circulatório do nosso organismo. Tudo acontece na rodovia e tudo circula pela rodovia. Se por um lado nós não temos a capacidade de resolver todos os problemas, até como Deputado disse que, ainda que nós fizéssemos com excelência nas rodovias federais, nós estaríamos dando conta de um quarto da malha do Estado. E isso se replica mais ou menos em todos os Estados, essa proporção de um para três: um quilômetro de rodovia federal para três quilômetros de rodovias estaduais. Então, é preciso também ter clareza disso.

Também entender que uma problemática como essa da exploração sexual infantil tem uma interdisciplinaridade muito grande. E aí, quando a gente começa a falar aqui, a gente esbarra na questão, vamos dizer assim, do transporte interestadual de pessoas. E isso remete para uma política pública de transporte interestadual. E até, também, no âmbito dos Estados, do transporte intermunicipal, que não avançou na velocidade nem da frota e nem da necessidade das pessoas. Quer a necessidade do deslocamento por interesse em outras regiões, como pela própria velocidade que tudo tomou. Então, na hora, no tempo em que eu posso pegar um celular e falar com qualquer pessoa que está em qualquer canto, a lógica da velocidade das coisas é outra. Então, eu não posso mais, na cabeça das pessoas, por mais simples que essas pessoas sejam, eu não posso mais ficar esperando 1 hora para pegar um ônibus para sair de Recife para João Pessoa. Eu vou ali que tem uma *van* que passa de 15 em 15 minutos ou até um carro particular. Então, a política pública de transporte não acompanhou as demandas. E aí você cria uma malha de informalidade que dificulta sobremaneira já as ações de segurança pública, porque você cria tantas exceções que você cria um remédio para esse micróbio aqui, mas já tem um mutante no outro dia. Então, nós vamos zerar a possibilidade de ter tráfico de pessoas nas linhas regulares de ônibus. O.k? O.k., conseguimos, mas tem *van*, tem kombi, tem táxi, tem...

**O SR. PAULO FRASSINETTI VELOZO CALDAS** - Mototáxi.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - ...mototáxi. Quer dizer, tudo vem dentro de falta de políticas sistêmicas em algumas áreas cruciais. Aí, quando a gente analisa uma questão específica, que parece específica, como é a da



exploração sexual infantil, você se depara com uma série de dificuldades, deficiências mesmo, estruturais.

Então, é preciso a gente ter essa leitura para que a gente também não se cobre — e quando eu falo nós, a Polícia Rodoviária — para que a gente não se cobre inadequadamente, porque uma das coisas que nós precisamos aqui...

E eu, enquanto Superintendente aqui, uma das missões mais difíceis, eu preciso manter os policiais estimulados. Eu acredito no que eu faço. Eu estou fazendo aqui, eu estou fazendo uma multa pela falta de cinto de segurança, eu estou educando aquele camarada para ele não morrer amanhã, lançado fora do carro; eu estou aqui combatendo a exploração sexual infantil, eu estou tirando do risco uma criança. Então, é preciso que a gente entenda isso para manter os policiais trabalhando, acreditando no que fazem.

Então, tem hora que você fala assim: *“Rapaz, não adianta. Eu não vou fazer porque é a mosca da sopa. Eu mato uma e vem outra no lugar”*. Então, é importante que a gente tenha essa leitura de como isso se entrelaça com vários outros problemas, para que a gente tenha, em vez de ter a desesperança — nós, enquanto órgão, e os policiais, enquanto agentes públicos que são —, nós termos a esperança de sermos pelo menos o beija-flor do incêndio da floresta lá. Isso nós temos feito, temos muita tranquilidade disso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu vou só compartilhar aqui uma iniciativa.

Eu sou atualmente Líder da bancada do PDT na Comissão Mista de Orçamento. Em abril deste ano, eu encaminhei ao Ministério da Justiça um requerimento de informações sobre as dotações orçamentárias de todos os órgãos do Ministério da Justiça, os dispêndios de pessoal e as dotações de investimento.

Nós já discutimos isso com a Federação Nacional da Polícia Federal; estamos discutindo com a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, presidida por um conterrâneo nosso aqui, Pedro Cavalcanti; e nós estamos agora iniciando a discussão do Orçamento para 2013. Nós já fizemos uma avaliação nos últimos dias, e é evidente que há uma guerra em torno do papel do servidor público e do papel do serviço público.



Nós publicamos agora os dados da mensagem de Orçamento e do relatório do Ministério do Planejamento, que demonstram que é completamente falsa essa acusação de que tem havido um aumento descontrolado das despesas de pessoal, do impacto da folha de pessoal civil da União no dispêndio previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós estamos a quase 15 pontos percentuais abaixo do dispêndio de pessoal. E, como proporção do PIB, nós estamos abaixo da proporção que existia em 2000. Então, não há nenhum tipo de risco de se descontrolarem as contas públicas com a nomeação dos concursados da Polícia Rodoviária Federal, com a negociação das carreiras.

A Polícia Federal, em 2008, tinha 3 bilhões e 200 milhões de folha anual. Subiu para 3 bilhões e 600 no ano passado, uma correção de 13%, que é menor do que o índice de inflação de 2008 para 2011. Investimento: foram previstos 42 milhões em 2008; e a meta caiu para 36 milhões no ano passado. Então, há um processo de desinvestimento por parte do Ministério da Justiça. Não se sabe exatamente a razão, sabe-se de razões genéricas: o contingenciamento orçamentário; os restos a pagar de exercícios anteriores.

Mas não há justificativa para que o Governo Federal — eu tenho dito isso e vou voltar essa discussão esta semana, na Comissão Mista de Orçamento — não honre os pactos que foram feitos. Porque gerar concurso público; trazer à sociedade; ter um quadro efetivo aprovado; e não nomear é frustrar o instrumento do concurso público, que é fundamental. Nós sempre combatemos as terceirizações, a precarização, porque o serviço público é essencial, sobretudo na área em que vocês operam.

E nós acabamos de empenhar para Pernambuco — foi já publicado o empenho — recursos para aquisição das viaturas aqui para a Polícia Rodoviária Federal. Foi uma emenda parlamentar nossa, de 300 mil reais.

**O SR. WALKER ROBSON DE ASSUNÇÃO BARBOSA** - Isso. Se Deus quiser, esta semana ou, no máximo, na outra, estaremos empenhando as viaturas, viu Deputado?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Só não posso fazer emenda para contratar pessoal...



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - *(Riso.)* Tem que fazer concurso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Se pudesse, faria de forma extremamente responsável, mediante concurso público.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Bem, eu quero agradecer ao Inspetor Walker, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal; ao Inspetor Davson, que é o Chefe do Núcleo de operações Especiais; à Inspetora Juliana Coutinho, Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos; ao Inspetor Veloso, que é do Setor de Inteligência; ao Inspetor Lugilmar, que é Chefe de Policiamento e Fiscalização. Agora acertei. *(Risos.)*

E quero dizer que a Polícia Rodoviária Federal faz um excelente trabalho, é grande parceira do Governo Federal em relação ao Disque 100. É através desses dados que nós podemos investigar o que está acontecendo com nossas crianças em todo o Brasil.

Eu quero agradecer as informações e, não tendo mais nada a perguntar... O senhor tem? *(Pausa.)* Não. Eu quero agradecer também o pedido para esta CPI estar aqui, do Deputado Federal Paulo Rubem Santiago, que tem feito um excelente trabalho, está aí sempre ligado nas questões humanitárias. Por isso, a nossa CPI está aqui.

E dizer a vocês que me sinto muito feliz de poder compartilhar com vocês o sentimento de todos em relação às nossas crianças e adolescentes que são vítimas do descaso, porque não é prioridade ainda no nosso País — ainda, mas um dia há de ser.

Então, não tendo mais nada a falar, eu declaro encerrada esta audiência.